

REMUNERAÇÃO MÉDICA

TCBC Paulo Roberto Corsi

Nesses tempos de profundas, e tantas vezes justificadas, desconfiças em relação ao futuro, assistimos atônitos ao aviltamento do exercício sofrendo com as transformações da economia mundial e sua remuneração vem se moldando às diferentes conjunturas, sempre negativamente. No Brasil, país dos planos e mais planos, a remuneração médica está engessada há anos ao lado do crescente aumento de impostos e do custo de vida. O conseqüente empobrecimento da classe médica é muito ruim para todos, médicos e, principalmente, doentes.

A falta de trabalho ou de sua remuneração merecida mexe profundamente com o humor as pessoas e sua relação com a vida. A injustiça retira os horizontes e diminui a capacidade de sonhar ou planejar o progresso profissional. O trabalho excessivo é a saída para a manutenção (e apenas manutenção) da qualidade de vida. O necessário “corte de despesas” impede o aperfeiçoamento profissional e tecnológico obrigatório nesses tempos.

A clássica afirmação jurídica “a vida é o bem maior” só é lembrada no momento do cálculo da indenização paga a uma vítima de suposto erro médico. Aqueles que mantêm o bem maior são remunerados com valores irrisórios.

Segundo uma visão simplista, a tão discutida proliferação de escolas médicas, que joga muitos profissionais malformados no mercado de trabalho em retração, é a maior culpada desse estado de coisas. Mais médicos, maus médicos e mercado retraído tornam obrigatória a aceitação de remuneração cada vez menor dos atos médicos. Os valores pagos atualmente não condizem com a responsabilidade, dedicação, tempo e custo da formação profissional. Tem sido uma unanimidade: salários de serviços públicos, de hospitais privados e a remuneração de atividade médica liberal seguem na mesma aviltante direção.

A conseqüência dessa cascata de fatores é um atendimento médico deficiente, com prejuízo para o doente.

As tentativas da população leiga de aderir aos movimentos médicos não deram bom resultado. Divulgar nosso descontentamento com o rendimento mensal de R\$ 1.000,00 se volta contra nós mesmos, uma vez que esse valor é bem superior ao da média da população.

Sem estímulos, a classe médica não tem fortalecido suas entidades que, pulverizadas (e até há pouco tempo não profissionais), vão se esvaziando. Sem representatividade e sem dinheiro, uma vez que as taxas de contribuição já começam a pesar no bolso do médico, nossas sociedades ainda não conseguiram obter melhorias na remuneração médica. Estamos perdendo nossa única estrutura de defesa profissional legítima: as entidades médicas.

O lado bom da crise é a resultante união das entidades médicas, que parece segura e definitiva. Esse avanço transcende às atuais diretorias e não pode deixar de existir nas próximas eleições. Unidas, as entidades poderão acompanhar as complexas e rápidas modificações do mercado de trabalho e intervir, de forma mais efetiva e precisa, para assegurar uma remuneração justa e condições de trabalho mais adequadas. As principais metas parecem ser: maior participação política da classe nas decisões de saúde e diminuição do número de profissionais médicos. A mais importante lei de mercado é a da “oferta e procura” — quanto maior o número de médicos, mais baixa será a remuneração.

Aceito o risco de parecer repetitivo, mas qualquer discussão sobre os problemas relacionados à defesa profissional do médico passa por entidades médicas fortes. Unir as afinidades dos cirurgiões brasileiros em torno do CBC continuará sendo nossa função.